

Constituinte a jato vota dois capítulos em um dia

"Congratulo-me com os senhores constituintes. Hoje foi um dia glorioso. Tivemos 45 dispositivos votados pela manhã e 49 à tarde". O balanço foi feito pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, no momento do encerramento da sessão de ontem, após mais de 10 horas de trabalho. O presidente, contudo, não convocou sessão da Assembleia para hoje de manhã, aten-

dendo a uma solicitação das lideranças partidárias. Elas argumentaram que o próximo título a ser votado — o que trata da tributação e do orçamento — ainda precisa ser negociado e pediram o período da manhã para fazê-lo. Ulysses concordou e convocou sessão da Câmara neste horário. Com o ritmo acelerado dos traba-

lhos ontem, a Constituinte conseguiu uma façanha: votar mais de um título em um só dia. Durante a manhã, os parlamentares apreciaram o restante do título IV, referente ao poder Judiciário. À tarde e à noite, em sucessivas e rápidas votações, foi votado todo o título V, que trata da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

O QUE SE APROVOU ONTEM

CAPÍTULO V

Das Funções Essenciais à Administração da Justiça

Seção I

Do Ministério Público

Art. 150 — O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º — São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º — Ao Ministério Público fica assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 198, propor ao Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos. A lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º — O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas dotações serão entregues na forma do art. 197.

Art. 151 — O Ministério Público abrange:

- I — O Ministério Público da União, que compreende:
 - a) — O Ministério Público Federal;
 - b) — O Ministério Público do Trabalho;
 - c) — O Ministério Público Militar;
 - d) — O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
- II — O Ministério Público dos Estados.

§ 1º — O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de 35 anos, integrante do Ministério Público, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida recondução.

§ 2º — A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, antes do término do mandato mencionado no parágrafo anterior, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º — Os Ministérios Públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, formarão lista tripartite na forma da lei respectiva, dentre integrantes da carreira, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para período de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º — Os Procuradores-Gerais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios poderão ser destituídos antes do tempo mencionado no parágrafo anterior, por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º — Leis complementares respectivas, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente aos seus membros:

- I — As seguintes garantias:
 - a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
 - b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
 - c) irredutibilidade de vencimentos, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, inclusive o de renda e os extraordinários;
- II — As seguintes vedações:
 - a) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
 - b) exercer a advocacia;
 - c) na forma da lei, participar de sociedade comercial;
 - d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo o magistério;
 - e) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.

Art. 152 — São funções institucionais do Ministério Público:

- I — Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II — Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- III — Promover o Inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- IV — Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para interpretação de leis ou ato normativo e para fins de intervenção da União e dos Estados nos casos previstos nesta Constituição;
- V — Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- VI — Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência requisitando informações e documentos para instruí-los na forma da lei complementar respectiva.
- VII — Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º — Ao Ministério Público compete exercer controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior.

§ 2º — A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuserem esta Constituição e a lei.

§ 3º — As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira que deverão residir na comarca da respectiva lotação.

§ 4º — No exercício de suas funções, os membros do Ministério Público podem requisitar diligências investigatórias e a instauração de Inquérito policial, devendo indicar os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

§ 5º — O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na sua realização, e observada, na nomeação, a ordem de classificação.

§ 6º — Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no artigo 113, inciso II e VI. Art. 153 — Ao Ministério Público junto aos Tribunais e Conselhos de Contas, aplicam-se as disposições desta seção, pertinentes às garantias, vedações e forma de investidura nos respectivos cargos.

SEÇÃO II

Da Advocacia-Geral da União

Art. 154 — A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, repre-

senta a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe ainda, nos termos de lei complementar, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º — A Advocacia-Geral da União tem por chefe o advogado-geral da União, de livre nomeação do Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º — O ingresso nas classes iniciais das carreiras de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º — A Lei Complementar disporá sobre a organização e o funcionamento da instituição de que trata este artigo.

§ 4º — As carreiras disciplinadas neste Título aplica-se o princípio do artigo 44, § 8º.

§ 5º — Na execução da dívida ativa, de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

Art. 155 — A representação judicial e a consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal serão organizadas em carreira, observado o disposto nos parágrafos 2º e 4º do artigo anterior, segundo o que dispuser a lei estadual e federal.

SEÇÃO III

Da Advocacia e da Defensoria Pública

Art. 156 — O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável, por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Art. 157 — A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-se da orientação jurídica e da defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 6º, parágrafo 5º desta Constituição.

Parágrafo único — Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para a sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes e garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Art. 158 — Quando for necessário preservar, ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções, o Presidente da República, por solicitação do Primeiro-Ministro e ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar o estado de defesa.

§ 1º — O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as discriminadas no § 3º deste artigo.

§ 2º — O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, e por igual período, se persistirem as razões que justificaram a decretação.

§ 3º — O estado de defesa autoriza, nos termos e limites da lei, restrições dos direitos de reunião e associação, de comunicação telegráfica e telefônica; e, na hipótese de calamidade pública, a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos e privados, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

§ 4º — Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultando ao preso requerer exame de corpo delito à autoridade policial. A comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação. A prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário. É vedada a incomunicabilidade do preso.

§ 5º — Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificativa ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

§ 6º — Se o Congresso Nacional estiver de recesso, será convocado extraordinariamente no prazo de cinco dias.

§ 7º — O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo permanecer em funcionamento enquanto vigorar o estado de defesa.

§ 8º — Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.

Art. 159 — O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I — Comocção grave de repercussão nacional ou fatos que comprometam a eficácia da medida tomada durante o estado de defesa.

II — declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

Parágrafo único — O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

Art. 160 — O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias à sua execução, as garantias constitucionais que ficarão suspensas; e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.

§ 1º — Decretado o estado de sítio no intervalo das sessões legislativas, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

§ 2º — O Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

Art. 161 — Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no artigo 159, inciso I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

I — obrigação de permanência em localidade determinada;

II — detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;

III — restrições relativas à inviolabilidade de correspondência ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;

IV — suspensão da liberdade de reunião;

V — busca e apreensão em domicílio;

VI — intervenção nas empresas de serviços públicos;

VII — requisição de bens.

Parágrafo único — Não se inclui nas restrições do inciso III deste artigo a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberado pela respectiva Mesa.

Art. 162 — O estado de sítio, no caso do artigo 159, inciso I, não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior. Nos casos do inciso II, poderá ser decretado por todo o tempo em que perdurar a guerra ou agressão armada estrangeira.

Art. 163 — As imunidades dos membros do Congresso Nacional subsistirão durante o estado de sítio; todavia, poderão ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, as do Deputado ou Senador cujos atos, fora do recinto do Congresso, sejam manifestamente incompatíveis com a execução da medida.

Art. 164 — A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas previstas nas seções referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

Art. 165 — Cessados o estado de defesa e o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos delitos cometidos por seus executores ou agentes.

Parágrafo único — Tão logo cessar o estado de defesa ou estado de sítio, as medidas aplicadas na sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificativa das providências adotadas, indicadas nominalmente os atingidos, bem como as restrições aplicadas.

Art. 166 — As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem.

§ 1º — Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

§ 2º — Não caberá "habeas corpus" em relação a punições disciplinares militares.

Art. 167 — O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§ 1º — As Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência para eximirem-se de atividade de caráter essencialmente militar.

§ 2º — As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar.

§ 3º — As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

CAPÍTULO III / DA SEGURANÇA PÚBLICA

PÚBLICA

Art. 168 — A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I — polícia federal;
- II — polícias civis;
- III — polícias militares e corpos de bombeiros militares;

IV — polícia rodoviária.

§ 1º — A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, é destinada a:

I — apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços, e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II — prevenir e reprimir, em todo o território nacional, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e a de outros órgãos públicos em suas respectivas áreas de competência;

III — exercer a polícia marítima, aérea e de fronteiras;

IV — exercer, com exclusividade, a polícia judiciária da União.

* 2º — As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, são destinadas, ressalvada a competência da União, a proceder à apuração de infrações penais, exercendo as funções de polícia judiciária.

* 3º — As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incube execução de atividades de defesa civil. § 4º — As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reservas do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 5º — A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo e à manutenção da segurança nas rodovias federais.

§ 6º — A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades. § 7º — Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção das instalações, bens e serviços municipais, conforme dispuser a lei.